



**no mercado de software e serviços
de TIC em âmbito nacional
e internacional**

FICHA TÉCNICA

Softex – Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro | 2024

Presidente Softex

Ruben Delgado

Vice-Presidente Softex

Diônes Lima

Head de Operações

Elisa Carlos

Consultoria Externa

Mariana Matos

Equipe Técnica

Floriano Neto

Rayanny Nunes

Juliana Molezini

Gabriela da Silva

Pâmela Morais

Paula Costa

Roberta Pinheiro

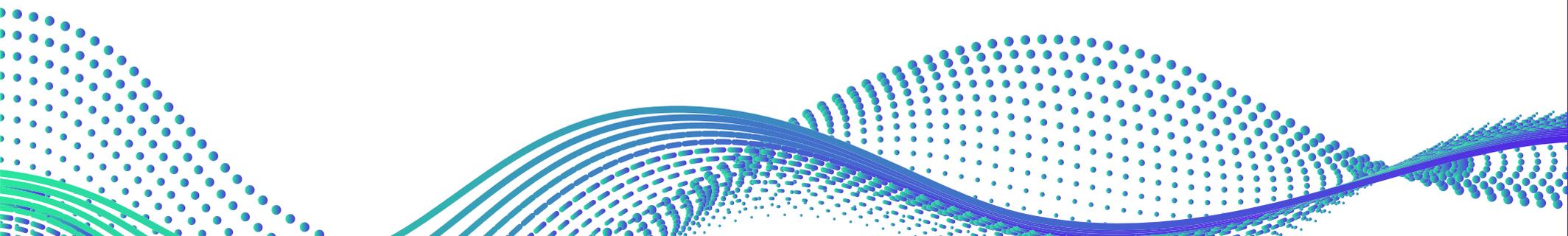
Laura Kubo

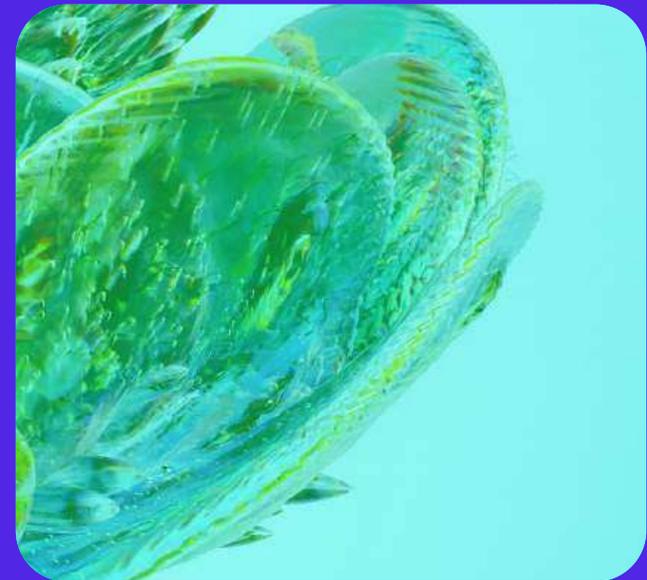
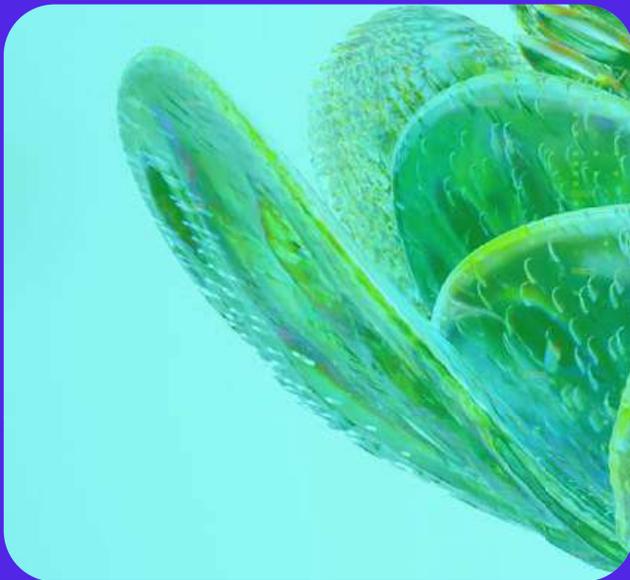
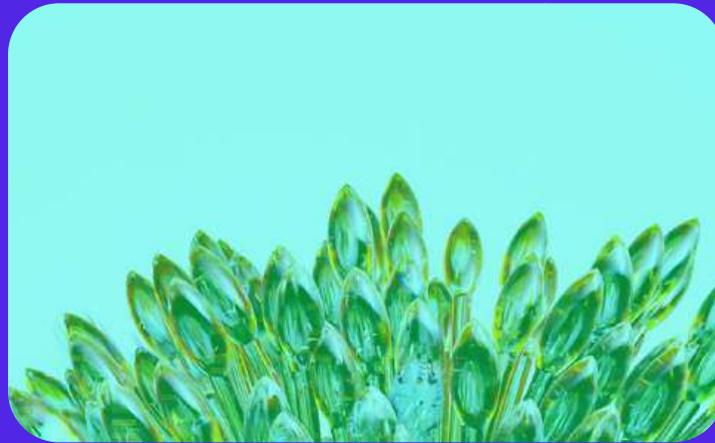
Projeto Gráfico e Diagramação

Laura Santos

Revisão

Ariett Gouveia

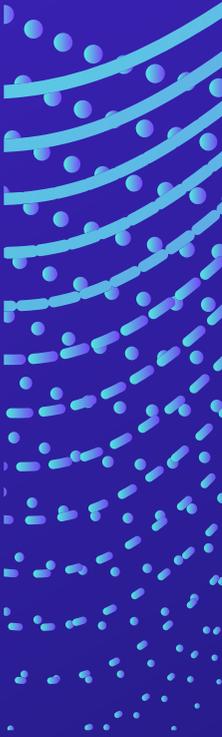




ESG e o contexto nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
ESG	9
INTRODUÇÃO	10
RESUMO EXECUTIVO	14
BREVE ANÁLISE DE DESAFIOS ESG NO MERCADO BRASILEIRO	18
CENÁRIO NACIONAL	22





REPUTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIOS ESG DAS EMPRESAS	28
A CRIAÇÃO DA TAXONOMIA SUSTENTÁVEL BRASILEIRA	34
CRITÉRIOS, ÍNDICES E ARCABOUÇO REGULATÓRIO	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
ANEXOS	56

APRESENTAÇÃO

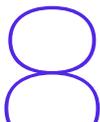
“A sustentabilidade é hoje um imperativo mundial”, afirmou o secretário geral da ONU Ban Ki-moon (2019) e por isso se faz necessário o aprofundamento sobre o tema. O objetivo deste estudo é trazer o cenário nacional quanto ao tema de ESG (Environmental, Social and Governance ou, em português, ASG - Ambiental, Social e Governança) e Sustentabilidade à luz das principais regulamentações, desafios e boas práticas às necessidades do mercado nessa temática.

A relevância do assunto é eminente tanto nas questões sociais e econômicas quanto na mudança climática e há necessidade das empresas dos mais diversos setores de atuação terem um olhar mais atento às próprias iniciativas e contribuições para tornar o mundo mais justo, mais verde e sustentável, usando mecanismos de tecnologia e inovação para esse fim.

Os indícios sobre a urgência e relevância do tema são muitos e vão além das crescentes demandas ambientais. No Brasil, uma forte projeção disso é a pressão social voltado ao consumo de produtos e serviços sustentáveis e o amadurecimento das regulações, diretrizes existentes e ações adotadas pelas companhias de capital aberto, mas não restritos apenas a este grupo de empresas, para minimizar os riscos e impactos socioambientais.

Este estudo é um convite para a geração de diálogos construtivos sobre sustentabilidade e ESG nas empresas brasileiras. Se você possui interesse no tema e busca compreender como a sua empresa pode adotar práticas sustentáveis alinhadas com a estratégia de negócio e de competitividade de mercado, este material foi construído para você.

Para iniciar a reflexão, convido você a analisar quais dos itens da figura estão sendo monitorados e praticados em seu negócio:



E	S	G
Ambiental (Environment)	Social	Governança
Mudança climática	Direitos do trabalhador	Direitos do acionista
Pegada ambiental	Impacto na comunidade	Gestão de riscos
Uso de recursos	Saúde e segurança	Transparência fiscal
Poluição	Responsabilidade com clientes	Anticorrupção
Emissão de gases poluentes	Diversidade e inclusão	Proteção de dados e LGPD
Preservação da biodiversidade	Relacionamento com stakeholders	Compliance
Gestão de resíduos	Código de ética e Política de privacidade	Responsabilidade e transparência de dados

INTRODUÇÃO

Não é de hoje a preocupação sobre o modelo econômico global e também sobre o aumento do impacto das atividades produtivas no meio ambiente e na sociedade, além da correlação entre resultados financeiros e a qualidade de vida, a distribuição de renda e a preservação do planeta. Na década de 90, surgiu o termo *triple bottom line* também conhecido como TBL ou 3BL, que orienta as empresas a olharem, com prioridade, para “pessoas, planetas e lucros”¹. Desde o ano 2000, as Nações Unidas se reúnem com diversos países signatários para tratar de demandas, que vão da erradicação da pobreza à igualdade de gênero, mas, somente em 2004, questões relacionadas ao ambiental, social e governança ganharam força e chegaram ao mundo corporativo através do acrônimo ESG.

2000

ODM

Criação dos Objetivos Gerais do Milênio pelas Nações Unidas, subscritos por 191 países e que, posteriormente, seria base para os ODS.

2004

ESG

A sigla foi citada pela 1ª vez na publicação das Nações Unidas “Who Cares Wins” ou “Quem se importa ganha”, em português.

2006

PRI

Pacto Global da ONU criou o PRI - Princípios do Investimento Responsável, que conta com mais de 3 mil signatários com ativos que ultrapassam USD 100 trilhões.

¹ Trecho inspirado na leitura do artigo disponível em <<https://habitability.com.br/entenda-o-que-e-esg-e-por-que-ele-e-muito-mais-que-uma-sigla/>>. Acesso em 05/02/2024.

O crescente número de eventos climáticos extremos, devastadores e sem precedentes, além do aumento das desigualdades sociais e desafios de governança e transparência na seara política e privada levaram os consumidores, investidores, agentes governamentais e empresários a repensarem o modo como vêm explorando os bens naturais e lidando com hábitos de consumo. Foi com base nesse processo de necessidade e amadurecimento coletivo que surgiram diversas iniciativas que incitam a reflexão e estabelecimento de objetivos e metas para promoção de um mundo sustentável. A seguir, a linha do tempo demonstra que essa é uma longa construção de conscientização e debate que vem sendo capitaneada pelas Nações Unidas e instituições parceiras:

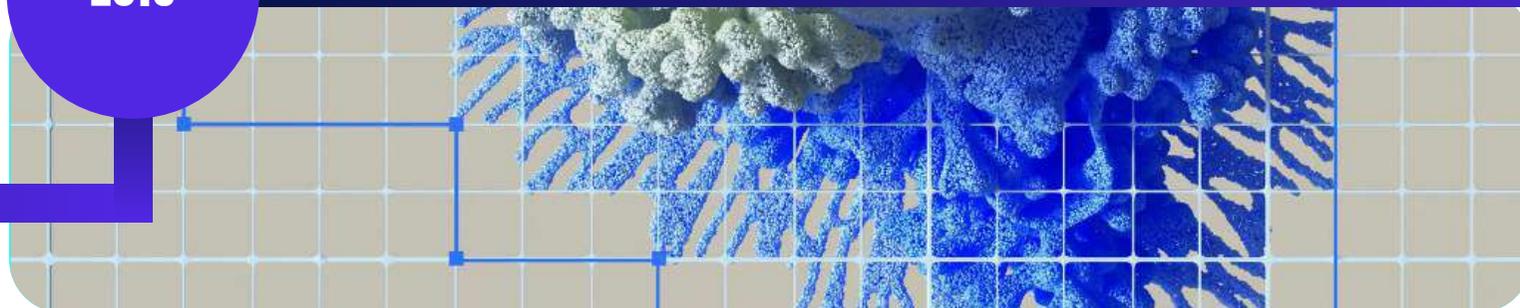
AGENDA 2030

Plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade assinado por 193 países que atualizou os ODM para objetivos a serem alcançados entre 2015 e 2030.

ODS

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável criados pelas Nações Unidas, estabelecendo 17 objetivos globais a serem implantados pelos países adotantes, cada qual estabelecendo metas para seu alcance.

2015



Mas afinal, por que o tema ESG ganhou tamanha proporção nos últimos anos se já houve debate anterior sobre sustentabilidade corporativa, responsabilidade social corporativa e outros termos semelhantes?

Porque pela primeira vez a discussão partiu do mercado financeiro, deixando de ser uma temática secundária e apartada para se tornar o próprio cerne do negócio, ou seja, não se pode mais dissociar performance financeira da reputação da marca e impactos gerados ao coletivo na exploração de suas atividades econômicas.

A pressão social partindo de um público mais exigente, globalizado e com acesso a uma vasta base de dados e informação é o fator que impulsiona e cobra das empresas, não apenas posicionamento e, sim, compromisso com questões ecológicas, socioeconômicas e de governança em suas próprias atividades. Afinal, qual consumidor quer ter os seus hábitos de consumo associados a uma empresa que não se importa com questões de supremacia mundial e bem-estar social?

Pode-se dizer que os questionamentos e debates sobre a sustentabilidade do modus operandi da sociedade foram alavancados pelas tecnologias, em especial as digitais e emergentes, em razão do seu notável poder de transformação das relações interpessoais, culturais, profissionais e econômicas, além dos impactos causados pelo seu uso e desenvolvimento.

O estudo aborda a evolução do ESG no cenário nacional, trazendo informações relevante, em especial, para empresas do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação que buscam iniciar ou avançar na jornada de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, social e de governança, conquistando novos mercados e fortalecendo sua presença internacionalmente. Para ilustrar e demonstrar essa tendência crescente, serão discutidas regras e iniciativas já existentes no Brasil, afinal, mudanças requerem uma atuação conjunta de muitos atores e a participação ativa de órgãos reguladores sobre o tema, dando um caráter mandatório para práticas tão importantes.

Em um futuro não distante, segundo estudos e informações compiladas, a prática de iniciativas sustentáveis e voltadas ao ESG serão inerentes ao modelo de negócio das empresas. Nesse contexto, torna-se premente falar sobre esse tema para empresas que buscam se manter competitivas dentro do cenário nacional e fora dele.

Para compreender melhor o surgimento do ESG, ao final deste material preparamos um resumo histórico sobre o tema ESG, além de um glossário que facilitará a compreensão e leitura do texto. Para acessar, [clique aqui](#).



RESUMO EXECUTIVO

No contexto empresarial, o termo ESG vem ganhando novos rumos e alcançando empresas e instituições dos mais diversos portes, tipos, regiões e segmentos, tendo em vista que o que antes era exclusivo da pressão do mercado financeiro, agora ganha também espaço e força em fóruns no campo social, público e político.

O Brasil, como o maior país da América Latina e um dos maiores emissores de CO₂ do mundo, desempenha um papel crucial na pauta ESG, destacando-se com 68% das empresas já implementando estratégias de sustentabilidade, superando a média da região. Além disso, 41% dos executivos brasileiros relatam retorno sobre o investimento (ROI) feito em ações sustentáveis, indicando um otimismo maior em relação à região.

Embora dados indiquem um aumento de 35% na publicação de relatórios de sustentabilidade entre 2018 e 2023, sugerindo um maior compromisso das empresas brasileiras com a transparência e prestação de contas em relação a suas práticas ESG, cerca de 18% deles são de difícil acesso. Ainda, apenas 10% das empresas brasileiras definiram metas claras para alcançar os ODS. A facilidade de acesso online bem como a integridade e clareza dos dados reportados necessitam de uma atenção para garantir que informações relevantes estejam ao alcance do público e investidores.



68%

**das empresas já
implementaram
estratégias de
sustentabilidade**

41%

**dos executivos brasileiros
relatam retorno sobre
o investimento (ROI)**

Os consumidores brasileiros estão cada vez mais valorizando empresas sustentáveis, com estudos mostrando que 86% deles apoiam a redução, reutilização e reciclagem de resíduos. Além disso, 69% estariam dispostos a pagar mais por produtos alinhados com os valores da empresa em questões de ESG e sustentabilidade.

A COP 28, realizada em dezembro de 2023 em Dubai, abordou questões como a transição energética e ações contra as emissões de gases de efeito estufa. Neste evento, o Brasil recebeu do Reino Unido e Noruega um investimento de R\$ 460 milhões em doações para o Fundo Amazônia e apresentou o Plano de Ação da Taxonomia Sustentável Brasileira. O próximo passo envolverá a edição de decreto estabelecendo a criação do Comitê Interministerial da Taxonomia Sustentável Brasileira para apresentação da proposta final durante a realização da COP 30 em 2025 e que entrará em vigor em janeiro de 2026.

Como destaque positivo e alinhado com a adesão aos padrões globais, o Brasil se posiciona na vanguarda ao ser o primeiro país a adotar o padrão de divulgação de sustentabilidade da ISSB (International Sustainability Standards Board), prevendo que as empresas comuniquem aos investidores sobre oportunidades relacionados com a sustentabilidade e riscos climáticos. Por enquanto é uma divulgação voluntária, passando a ser obrigatória para as empresas listadas na B3 a partir de 2027.

No contexto dos frameworks e iniciativas de sustentabilidade, a primeira edição brasileira do Reporting Matters destacou que 91% das empresas brasileiras adotam o GRI (Global Reporting Initiative) sendo um padrão global para relatórios de sustentabilidade. Destas, 45% responderam seus indicadores em conformidade com as normas GRI. De origem e aplicação nacional, a Norma ABNT PR 30, descreve diretrizes e critérios que orientam as organizações na incorporação de boas práticas de sustentabilidade em suas operações e estratégias.

Por fim, no mercado financeiro, existem índices que refletem a performance de ativos considerando critérios de sustentabilidade e ESG (S&P 500 ESG), que agrupam empresas com forte engajamento em governança corporativa (IGCT) e questões relacionadas ao aquecimento global (ICO2), que reúne empresas elegíveis para investimentos estrangeiros e que estejam alinhadas com o Pacto Global da ONU (S&P/B3 Brasil ESG), além de indicador de desempenho médio de empresas comprometidas com a sustentabilidade (ISE).





19
das empresas
brasileiras
adotam o GRI

45%

responderam
seus indicadores
em conformidade
com as normas GRI

BREVE ANÁLISE DE DESAFIOS ESG NO MERCADO BRASILEIRO

No Brasil, onde a adoção de práticas sustentáveis está se tornando cada vez mais difundida, as empresas enfrentam o desafio de garantir que suas iniciativas ESG sejam coordenadas, estratégicas e alinhadas com seus objetivos de negócios. Isso implica em uma abordagem holística, que considere não apenas as operações internas, mas também toda a cadeia de suprimentos, desde a extração de matéria-prima até o descarte do produto final.



Estudo realizado pela KPMG em 2023 mostrou que os principais desafios por segmento no Brasil são:

SETOR DE PETRÓLEO, GÁS, MINERAÇÃO E SIDERURGIA:

temas ambientais e lacunas de transparência e gestão de risco.

VAREJO E SERVIÇOS FINANCEIROS:

temas sociais, como gestão dos colaboradores e relacionamento com clientes, lacunas muito importantes em atividades que envolvem serviço, cadeia de valor com fornecedores e seus consumidores finais.

Desafios como privacidade, tratamento de dados e fidelização da clientela ganham maior relevância.

SEGMENTO DE CONSTRUÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO

têm maiores desafios relacionados à divulgação de iniciativas e resultados em ESG

Os desafios ambientais perpassam as questões climáticas, a crescente demanda energética e sua necessidade de transição de matrizes menos poluentes, o risco de contaminação de alguns segmentos industriais, o aumento do GEE (Gases de Efeito Estufa) e o impacto socioambiental a comunidades dos entornos, dentre outros. Isso se mostra ainda mais evidente em setores primários da indústria em razão da sua natureza extrativista e da infraestrutura robusta necessária. Por outro lado, é também uma oportunidade para soluções de TI ocuparem lacunas de gestão, transparência e mensuração de dados voltados à mitigação desses riscos.

No campo social, o setor de serviço precisa investir ainda mais em iniciativas e programas de inclusão e diversidade, principalmente nas suas lideranças, além de avaliações de clima organizacional. Por sua vez, os segmentos extrativistas, como siderurgia e mineração, além da construção civil, são rodeados de riscos relacionados à saúde e bem-estar dos colaboradores e impacto socioambiental de suas atividades, principalmente relacionado à interação com a comunidade local.





Nota-se que diversos desafios de cada setor se relacionam com a materialidade do segmento, pois são as temáticas de maior relevância na atividade econômica de cada empresa, como por exemplo os riscos sociais relacionados à saúde do trabalhador do setor extrativista ou ao industrial. Esse é um desafio relacionado à natureza de risco da atividade desempenhada. Por outro lado, há desafios transversais que adentram a realidade de vários segmentos, como a dificuldade na transparência e governança de dados usados nos relatórios de sustentabilidade.

Com o intuito de auxiliar as empresas a superarem esses obstáculos, nos próximos tópicos discutiremos no cenário nacional brasileiro a importância da divulgação de relatórios ESG, os esforços para criação da Taxonomia Sustentável Brasileira e seus impactos e, por fim um levantamento de diretrizes, marcos regulatórios e critérios, índices relacionados à sustentabilidade corporativa.



CENÁRIO NACIONAL

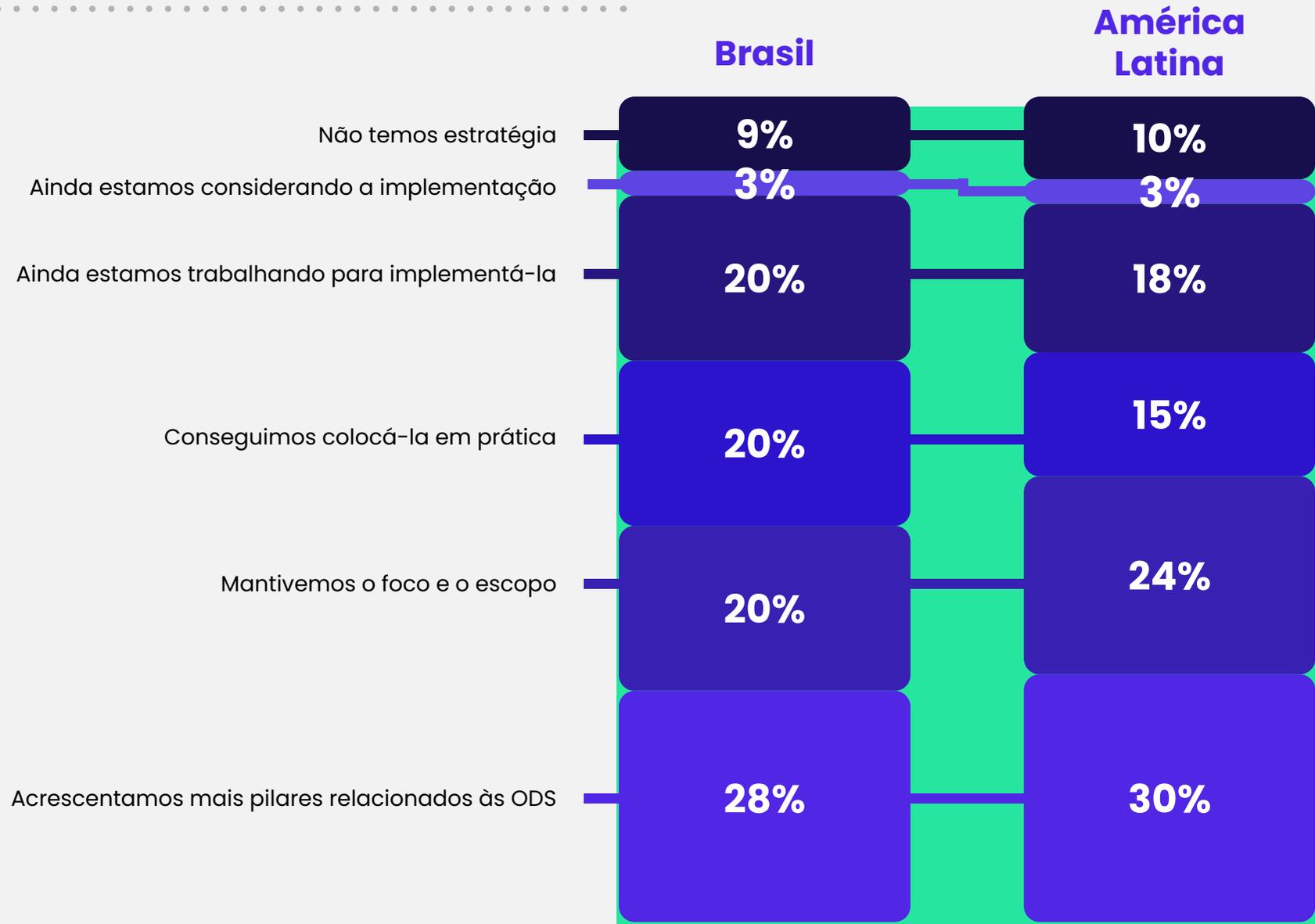
O Brasil, como o maior país da América Latina e um dos maiores emissores de CO₂ do mundo, desempenha um papel crucial na pauta ESG. Segundo o ranking do Sustainable Development Report 2023, um dos índices ESG mais usados mundialmente e atualizado anualmente, dentre os 166 países avaliados, os dez primeiros são europeus, enquanto o Brasil está na 50ª posição.

Ao comparar o cenário brasileiro com a região da América Latina nesses aspectos, estudos² mostram que o Brasil teve o maior avanço em número de empresas que contam com estratégias de sustentabilidade já implementadas, somando-se 68%. Seus executivos são um pouco mais otimistas do que a média latino-americana acerca do retorno sobre o investimento (ROI) feito em ações sustentáveis, já que 41% deles afirmam já estar colhendo resultados concretos frente à média regional de 39%.

Porém, o Brasil é conservador no acréscimo de novos pilares relacionados aos ODS em relação aos demais países analisados, ficando 2% abaixo da média regional, conforme gráfico:

2 Dados extraídos do estudo Sustentabilidade na agenda dos Líderes Latino-Americanos conduzido pela SAP em 2022 que conversou com mais de 400 companhias da região.

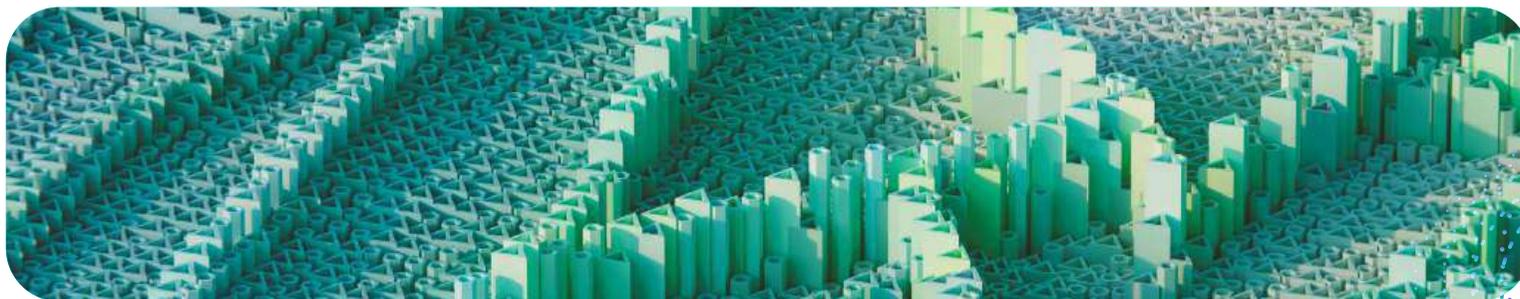




Fonte: Estudo Sustentabilidade na agenda dos líderes de América Latina - SAP (2022)

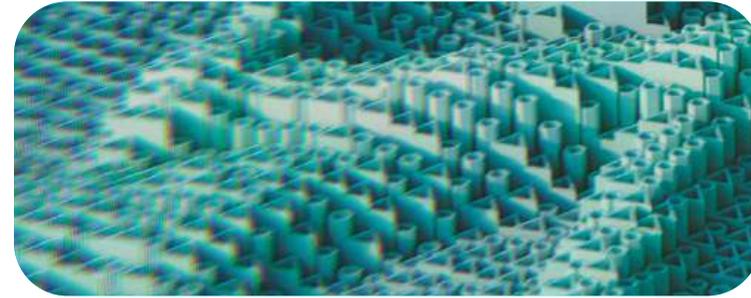
Alguns eventos históricos marcaram a evolução da pauta ESG e sustentabilidade no Brasil. O movimento *Relate ou Explique*, promovido pela B3 em 2011, deu início aos debates sobre essa agenda e inúmeras iniciativas decorreram disto, como a criação de resoluções temáticas pela CVM (Comissão de Valores Imobiliários), o crescimento de divulgação de relatórios pelas empresas listadas na bolsa, o desenvolvimento de pesquisas e estudos por empresas e consultorias renomadas e o aumento do debate sobre o tema nas instituições governamentais e privadas do país, até chegarmos ao ineditismo na adoção do padrão ISSB em 2023.

O Brasil se mostrou na vanguarda ao ser o primeiro país a adotar o padrão ISSB³ em 2023. Para isso, a CMV, que regula empresas de capital aberto, apresentou a resolução nº 193, que determina a obrigatoriedade de divulgação de relatórios de sustentabilidade seguindo o padrão mencionado. Inicialmente, a adoção será voluntária, mas ganha obrigatoriedade a partir de 2027 para empresas de capital aberto, fundos e companhias securitizadoras.



3 O International Sustainability Standards Board (ISSB), ou Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade, em português, anunciou os novos padrões para divulgação de informações em relatórios financeiros sobre sustentabilidade e fatores climáticos, dando abertura a uma nova era de relatórios. Esse conceito e outros presentes no texto estão disponíveis nos anexos disponíveis [aqui](#).

A resolução nº 193, determina a obrigatoriedade de divulgação de relatórios de sustentabilidade, seguindo o padrão mencionado, a partir de 2027.



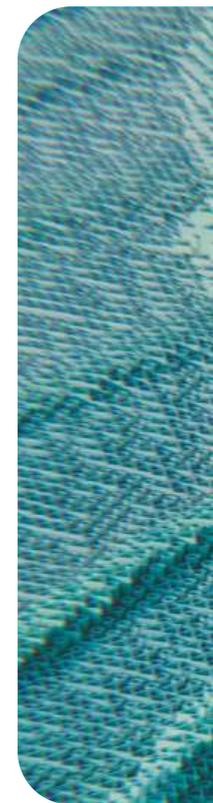
Além de iniciativas partindo da CVM, alguns estados estão fomentando o debate sobre ESG, como São Paulo, através da Agência de Empreendedores de SP, que lançou um ebook orientativo sobre ESG para micro e pequenas empresas⁴.

Para fins de padronização de ações voltadas ao ESG em empresas e instituições, a ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - lançou, em 2022, a norma PR 2030 que traz recomendações práticas para auxiliar gestores a incorporarem e direcionarem suas organizações rumo ao ESG.

⁴ O ebook tem por objetivo apresentar o cenário atual e alertar sobre a importância do tema e está disponível em <<https://www.desenvolvesp.com.br/comunicacao/biblioteca-do-empendedor/esg-para-micro-e-pequenas-empresas/>>. Acesso em 05/02/2024

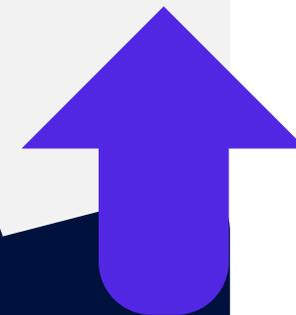
Recomendações e padronizações como essa revelam o amadurecimento sobre o tema no país e levam as empresas a compartilharem mais seus resultados em ESG. Dados mostram que **o número de publicação de relatórios de sustentabilidade dessas empresas subiu 35% de 2018 a 2023 (KPMG, 2023)**. Apesar desse aumento, hoje não há obrigatoriedade de divulgação de relatórios neste enfoque, o que irá mudar a partir de 2027, para empresas que se enquadram nos requisitos, com a adoção do padrão ISSB no território brasileiro.

Além disso, a sigla vem ganhando proporções que ultrapassam as barreiras corporativas de capital aberto, pois a sustentabilidade socioambiental e as premissas de governança reverberam em toda cadeia de valor da sociedade. Nunca se falou tanto em ESG no país. Dados extraídos pelo Pacto Global em parceria com a Stilingue, usando social listening, (2021) apurou que a discussão sobre o assunto aumentou em 7 vezes de 2021 para 2022 e que toda sociedade está envolvida no debate. A crescente busca por investimentos sustentáveis pelas gerações dos Millennials e Z reflete nas estratégias corporativas de adequação a esta realidade.



Número de publicações
de relatórios de
sustentabilidade

35%



Fonte: KPMG (2023)

2018

2019

2020

2021

2022

2023

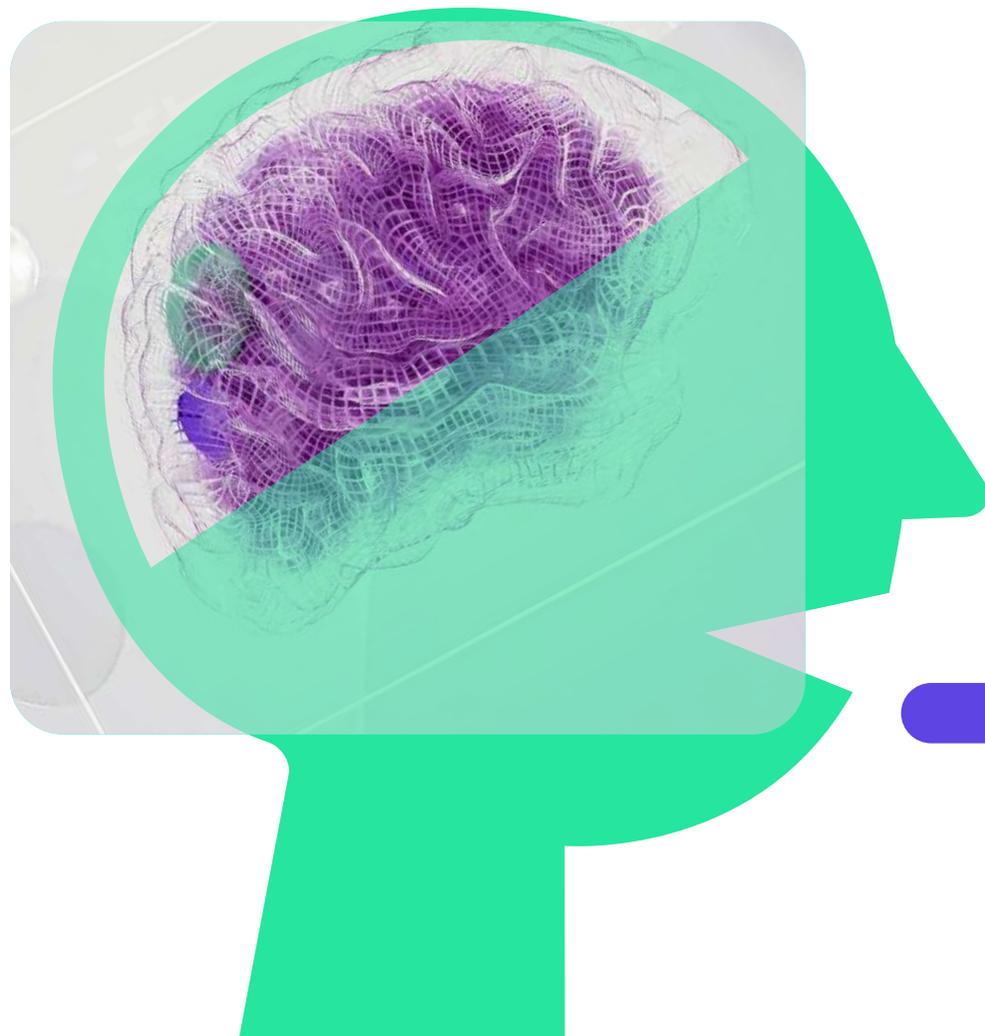
7X+

discussões sobre
ESG no Brasil

Fonte: Pacto Global em parceria
com a Stilingue (2021)

REPUTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIOS ESG DAS EMPRESAS

O consumidor mudou e exige mudanças das empresas também. Hoje, o cidadão quer saber qual valor a empresa gera e vem cada vez mais, escolhendo produtos e serviços de companhias que refletem em suas marcas os valores pessoais, éticos e morais do cliente. Logo, corporações que não olham para as questões de sustentabilidade tendem a perder espaço no mercado, competitividade e valor. No levantamento chamado Me, My Life, My Wallet da KPMG, lançado em 2023, o qual entrevistou mais de 30 mil consumidores em 11 países e territórios, foram observados alguns destaques:



86%

dos consumidores concordam que deve haver um compromisso coletivo para reduzir, reutilizar e reciclar o máximo possível de resíduos.

64%

acreditam que, ao comprar algo, querem entender o impacto ambiental desse produto ou serviço.

69%

deles pagariam mais por produtos que estejam de acordo com os princípios da empresa.

67%

dos consumidores sentem que é responsabilidade de todos trabalhar em prol da sustentabilidade.

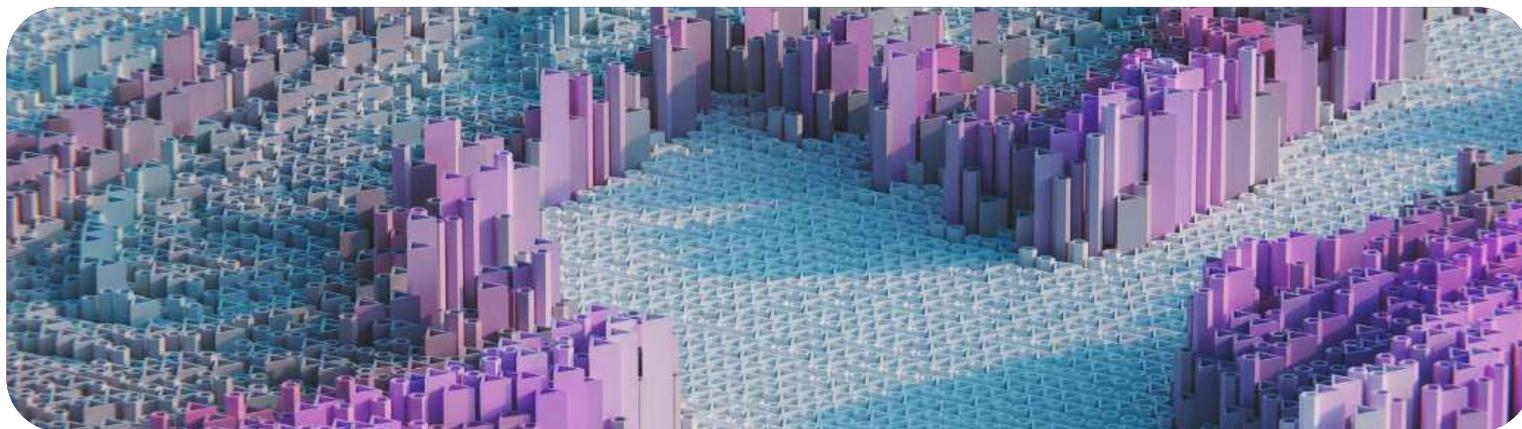
76%

dos entrevistados concordam que proteger o meio ambiente é mais importante do que uma economia em crescimento.

Fonte: Me, My Life, My Wallet - KPMG (2023)

Os números apresentados traduzem a pressão dos clientes sobre as empresas em relação à sustentabilidade. Além desse público, investidores institucionais e acionistas têm exigido das organizações informações cada vez mais transparentes e específicas sobre ESG.

O amadurecimento no assunto traz consigo responsabilidades e desafios como o compartilhamento e divulgação de resultados de impacto socioambiental e governança das empresas. Foram analisados 77 relatórios de empresas brasileiras pelo CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), extraindo-se as seguintes constatações:



63%

apresentam os **ODS** prioritários da empresa e somente 10% definiram metas claras ligadas aos ODS.

96%

dos relatórios estão **disponíveis** online; desses, 18% são encontrados com dificuldade (mais de alguns cliques).

74%

dos relatórios receberam **auditoria externa** (de uma parte ou todo o relatório).

40%

contaram com um processo de **dupla materialidade** para priorização dos seus temas materiais.

91%

utilizam as normas **GRI** sozinhas ou combinadas a outros frameworks.

45%

denominam-se "**Relatório de Sustentabilidade**", enquanto 23% utilizam "Relatório Integrado", 8%, "Relatório ESG".

45%

responderam seus indicadores em conformidade com as normas **GRI**, enquanto 24% informaram relatar com base na GRI.

62%

das empresas têm uma **Política de Direitos Humanos** com referência aos UNGP.

58%

possuem **Compromisso Net Zero** de reduzir as emissões a nível residual até 2050.

51%

dos relatórios utilizam as normas **SASB** e 27% incluem indicadores **TCFD**.

Fonte: Reporting Matters Brasil 2023 elaborado por CEBDS e Grupo Report

Apesar da crescente comoção sobre o tema ESG e a busca pelas corporações em correlacionar as suas atividades empresariais aos ODS, pouquíssimas empresas, de fato, definiram metas claras para alcançar os ODS (apenas 10%), logo, iniciativas práticas, implantadas e metrificáveis pelas corporações analisadas ainda são incipientes.

Divulgar na web não é sinônimo de acessibilidade, afinal 18% dos relatórios dos 96% disponíveis online são encontrados com dificuldade na rede. **Este é um problema de fácil resolução e de atenção para empresas que estão iniciando nesta jornada. É primordial que as divulgações e relatórios estejam ao fácil alcance do público.**

O relatório revela ainda que, dentre os frameworks globais de ESG, GRI (Global Reporting Initiative) é amplamente o mais utilizado pelas empresas analisadas (91%), combinado ou não com outros frameworks. Trata-se de um padrão aplicável a qualquer setor de mercado e porte de empresa, além de ter alta relevância internacional. **Essa tendência brasileira segue a mesma da América Latina, onde 73% dos relatórios latino-americanos utilizam este framework (KPMG, 2021).**

Por fim, é possível afirmar que ainda há um longo caminho para o comprometimento com metas de longo prazo por parte de 42% das empresas brasileiras que não apresentaram em seus relatórios, por exemplo, o compromisso com a redução dos gases de efeito estufa a níveis residuais até 2050 (Net Zero).



Outro aspecto importante trazido no material em análise diz respeito aos temas mais abordados nos relatórios. São eles:



73%

abordam ética, compliance, transparência e combate à corrupção.



70%

falam de mudança climática.



64%

relatam sobre saúde, bem-estar e condições de trabalho.

Fonte: Reporting Matters Brasil 2023 elaborado por CEBDS e Grupo Report

Os temas mais incidentes estão em linha com os desafios enfrentados na sociedade, a qual, cada vez mais, exige transparência e governança das ações e informações divulgadas pelas corporações, além dos desafios de preservação ambiental e desenvolvimento econômico, como na região amazônica. Portanto, os relatórios de sustentabilidade são uma ferramenta de resposta e prestação de contas das empresas perante seus stakeholders.

A CRIAÇÃO DA TAXONOMIA SUSTENTÁVEL BRASILEIRA

A COP, ou Conferências das partes, é uma reunião realizada pelas Nações Unidas que conecta diversos países para discutir temas relacionados ao meio ambiente. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) realiza anualmente, desde 1995, o evento e busca unir o mundo em ações eficazes para conter o aquecimento global. Essas reuniões resultam em compromissos internacionais como o Protocolo de Quioto (1997) e o Acordo de Paris (2015).

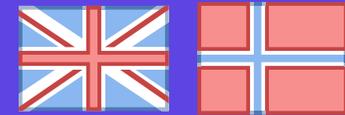
Em dezembro de 2023, ocorreu a COP 28 em Dubai. O evento trouxe assuntos importantes para o debate, que impactam na forma de atuação das empresas, do mercado financeiro e de toda a sociedade, já que tratam da preservação do planeta e da vida. Os principais temas discutidos na COP 28 foram a transição do uso de combustíveis fósseis e ações sobre o comércio e emissão de gases de efeito estufa, como o carbono.

Durante a COP 28 foi anunciado pelo Reino Unido e Noruega um investimento de R\$ 460 milhões em doações para o Fundo Amazônia, criado pelo governo brasileiro com objetivo de captar recursos para projetos de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além da promoção da conservação e uso sustentável do bioma amazônico.

O anúncio dos países parceiros se mostra como mais uma oportunidade de investimento e capital disponível para o desenvolvimento da região e por consequência das tecnologias e empresas atuantes dentro e fora da Zona Franca de Manaus. Porém, esse desenvolvimento deve vir atrelado a regulamentações e certificações que garantam a sustentabilidade das atividades ali desempenhadas.

Ainda na COP 28, foi apresentado o **Plano de Ação da Taxonomia Sustentável Brasileira**, elaborado pelo Ministério da Economia, definido como uma ferramenta para estabelecer as regras sobre atividades econômicas sustentáveis no país e servirá como um guia para promover o desenvolvimento econômico sustentável nacional, não apenas com foco nos critérios ambiental e climático, mas também socialmente inclusivo.

COP 28



Foi anunciado pelo
Reino Unido e Noruega

**R\$ 460
milhões**



em doações para
o Fundo Amazônia,
criado pelo
governo brasileiro.

Na ocasião, o Ministério da Fazenda ressaltou que a taxonomia sustentável estabelecerá um **sistema de classificação para as diferentes atividades econômicas, além de ativos financeiros e projetos de investimento, apontando se são sustentáveis ou não, com padronização e vigência nacional**. O próximo passo envolverá a edição de decreto estabelecendo a criação do Comitê Interministerial da Taxonomia Sustentável Brasileira para apresentação da proposta final, durante a realização da COP 30, em 2025, para entrar em vigor em janeiro de 2026.

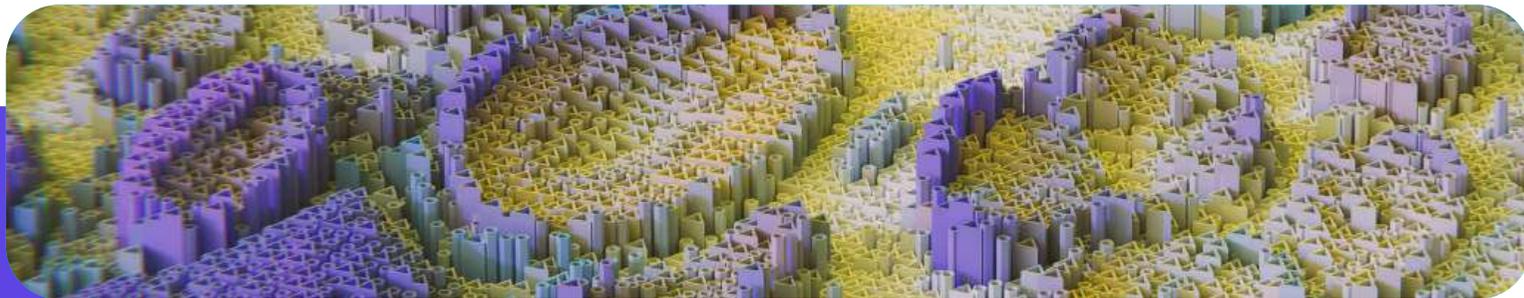
Este plano, alinhado com a adesão do Brasil ao padrão ISSB de divulgação de riscos e oportunidades relacionadas ao clima, demonstram uma organização regulatória brasileira que beneficiará aos que se adequam e seguem os protocolos para se enquadrarem como empresas e atividades sustentáveis, garantindo a isonomia, clareza, confiabilidade e organização das informações num padrão nacional e até global. Consequentemente, isso atrairá investimentos públicos e privados relacionados à sustentabilidade, além do ganho em reputação, propósito e percepção de valor que poderá ser desenvolvido pelas companhias.

Em 2025, todos os holofotes estarão na região norte do país, pois ocorrerá a Conferência das partes nº 30, COP 30, em Belém, capital do Pará, e temas como biodiversidade, bioeconomia, soluções baseadas na natureza e floresta em pé ganharam muito espaço com a narrativa e foco do novo governo brasileiro. A entrada de conceitos como regeneração e biodiversidade ganham peso ainda maior com as expectativas geradas para a COP 30.



O evento ocorrerá em uma das regiões que compõe o bioma amazônico, reconhecido como dono da maior biodiversidade do mundo, além de contar com a Floresta Amazônica, considerada o maior “sumidouro de carbono” do planeta, ou seja, a capacidade de absorção de dióxido de carbono da atmosfera e armazenamento em árvores e solo. O Brasil já foi o país que mais contribuiu para a redução do aquecimento global no mundo entre 2004 e 2012, mas, desde então, o desmatamento da Amazônia Legal só cresceu, representando um péssimo índice de 16% de território desmatado⁵.

Assim, o país sede deste grande evento e signatário de metas como a descarbonização tem uma grande missão para apresentar o imenso potencial da região amazônica e de todo território brasileiro, além de atuar proativamente na defesa do maior ativo florestal do planeta, criando mecanismos de certificação para exploração de mercados como o do carbono. Esta é uma oportunidade para criação do diálogo entre países que precisam agir em conjunto para não apenas preservar, mas também para investir no potencial da economia verde.

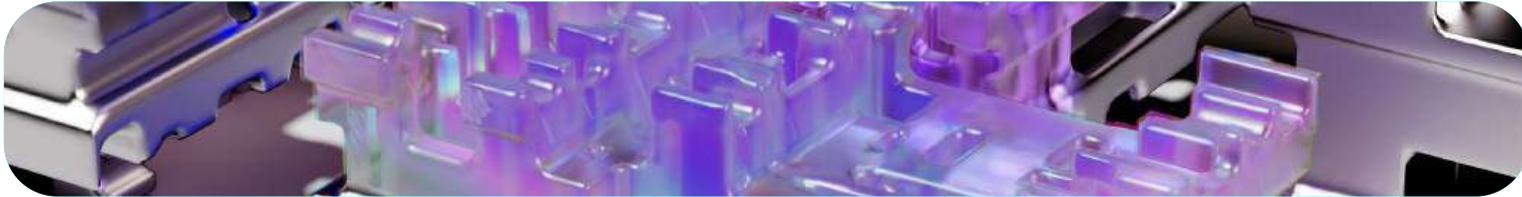


⁵ Os dados foram extraídos do livro Diálogos Amazônicos da FGV EESP de 2023, um material estruturado a partir de uma série de webinars em busca da escuta de diversos atores sobre o tema. Foram 36 *lives* ocorridas entre 2021 e 2022 que resultaram neste livro.

CRITÉRIOS, ÍNDICES E ARCABOUÇO REGULATÓRIO

A seguir, serão listadas diretrizes e indicações de marcos regulatórios ou movimentos que atuam com objetivo de garantir a isonomia, padronização e confiabilidade dos dados ESG para comunicação e divulgação com clareza e organização em níveis globais. Somente assim será possível realizar estudos e análises comparativas entre corporações distintas e segmentos de mercado. Esse é um rol exemplificativo, existindo diversas outras fontes para estudo.





LEIS E PRINCÍPIOS

LEI DE TIC OU LEI DA INFORMÁTICA - 13.969/19

Legislação brasileira que dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores.

PRI: PRINCÍPIOS PARA O INVESTIMENTO RESPONSÁVEL

O PRI trabalha, em conjunto com sua rede internacional de signatários, para colocar em prática os seis Princípios para o Investimento Responsável. O objetivo dos Princípios é compreender as implicações do investimento sobre temas ambientais, sociais e de governança, além de oferecer suporte para os signatários na integração desses temas com suas decisões de investimento e propriedade de ativos. Os seis Princípios foram criados por investidores e têm o apoio da ONU. Já contam com mais de 3000 signatários em mais de 50 países, representando US\$100 trilhões em ativos.

FRAMEWORKS, PROTOCOLOS E INICIATIVAS DE PADRONIZAÇÃO

GRI: GLOBAL REPORTING INITIATIVE

É a organização internacional independente que ajuda as empresas e outras organizações a assumirem a responsabilidade pelos seus impactos, fornecendo-lhes **uma linguagem global comum para comunicar essas ações**, através das criações das **Normas GRI**. Essas normas possuem aplicação abrangente quanto ao porte e segmento da empresa, bem como abordando aspectos dos três pilares ESG, tornando-se na atualidade o framework mais usado em diversos países.

Utilizadas por mais de 10.000 organizações em mais de 100 países, as Normas GRI estão promovendo a prática de relatórios de sustentabilidade e permitindo que as organizações e as suas partes interessadas tomem medidas que criem benefícios econômicos, ambientais e sociais para todos.



SASB: SUSTAINABILITY ACCOUNTING STANDARDS BOARD

É uma iniciativa global que serve para a **padronização e consulta de indicadores ESG no mundo, principalmente no aspecto financeiro das corporações**. A organização possui uma ferramenta específica para a identificação dos temas materiais, levando em consideração, inclusive, quais temas são mais relevantes para os investidores. As Normas SASB identificam questões de sustentabilidade que podem afetar o desempenho financeiro e o valor empresarial de empresas em 77 setores. Essas normas específicas do setor incluem seis tópicos de divulgação e 13 métricas contábeis em cinco dimensões principais de sustentabilidade: ambiente, capital social, capital humano, modelo de negócio e inovação, liderança e controle.

TCFD: TASK FORCE ON CLIMATE RELATED FINANCIAL DISCLOSURE

O framework ou estrutura TCFD foi desenvolvido por uma organização global a partir da necessidade de **prever os potenciais riscos dos impactos das mudanças climáticas na economia em quatro grandes pilares** servindo como uma **ferramenta informativa** e de reporte, para que investidores pudessem avaliar e atribuir o valor financeiro presente nos riscos e oportunidades advindos da mudança do clima para certo negócio.

O método TCFD foi introduzido no cenário brasileiro em 2018, pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), que analisou as recomendações a fim de integrá-las ao panorama do Brasil. Além disso, o Banco Central do Brasil (BCB), ao se tornar um dos apoiadores do método, se comprometeu a normatizar o formato de reporte das instituições financeiras e realizar testes de estresse climático desde 2022.



Governança Corporativa

Quais são as práticas e ações de governança existentes relacionadas aos riscos e oportunidades da mudança climática?

Estratégia

Qual é a estratégia e processos utilizados pela corporação para a identificação, avaliação e gestão de riscos?

Gerenciamento de riscos

Qual é a estratégia e processos utilizados para a identificação, avaliação e gestão de riscos?

Métricas e Metas

Quais foram as métricas e metas utilizadas pela corporação na avaliação e gestão dos riscos relacionados ao clima?

ISSB: INTERNATIONAL SUSTAINABILITY STANDARDS BOARD

A criação de um padrão global para divulgações de sustentabilidade inaugurou a nova era de divulgações em junho de 2023, pois, **pela primeira vez, as normas criam uma linguagem comum** para divulgar o efeito dos riscos e oportunidades relacionados com o clima nas perspectivas de uma empresa. O Brasil foi o primeiro país a adotar o padrão ISSB que, por enquanto, é uma divulgação voluntária, passando a ser obrigatória para as empresas listadas na B3 a partir de 2027. As normas da ISSB são denominadas IFRS S1 e IFRS S2.

A IFRS S1 fornece um conjunto de requisitos de divulgação concebidos para permitir que as empresas comuniquem aos investidores sobre os riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que enfrentam a curto, médio e longo prazo. A IFRS S2 estabelece divulgações específicas relacionadas com o clima e foi concebida para ser utilizada com a IFRS S1.

Ambos incorporam integralmente as recomendações do Grupo de Trabalho sobre Divulgações Financeiras Relacionadas com o Clima (TCFD).

NORMA ABNT PR 30

Diferente dos exemplos anteriores, a norma não se trata de um índice ou framework e tem origem e aplicação **nacional**. Pode ser definida como uma prática recomendada que alinha os principais conceitos e princípios ESG, orientando os passos necessários para incorporá-los na organização, bem como propõe critérios Ambientais, Sociais e de Governança.

ÍNDICES DO MERCADO FINANCEIRO

ÍNDICE S&P 500 ESG

É a alternativa sustentável do icônico Índice S&P 500, que reflete na performance dos 500 ativos mais representativos negociados nas principais bolsas de valores do mundo. Foi criado com ênfase em critérios de sustentabilidade e indicadores de ESG, analisando como estes impactam financeiramente nas grandes indústrias. São excluídas do índice empresas que:



Utilizam carvão térmico



Produzem tabaco



Armas controversas



Têm baixa pontuação ESG



ÍNDICE S&P/B3 BRASIL ESG

Lançado em 2020 pela B3, o Índice S&P/B3 Brasil ESG reúne empresas que fazem parte do S&P Brazil BMI (Broad Market Index). Para que a organização seja incluída, ela deve ser elegível para investimentos estrangeiros e não pode fazer parte do setor tabagista, carvoeiro ou armamentista. Além disso, precisam aderir ao Pacto Global estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

ISE: ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O objetivo do ISE B3 é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial. O acompanhamento e a divulgação do ISE B3 serve como apoio para os investidores na tomada de decisão de investimento e incentiva as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade, uma vez que as práticas ESG contribuem para a perenidade dos negócios.

Segundo levantamento realizado com as companhias que fazem parte do ISE, da B3, **83% delas possuem processos de integração dos ODS às estratégias, metas e resultados.**

ÍNDICE DE GOVERNANÇA CORPORATIVA TRADE (IGCT)

O IGCT B3 tem como objetivo reunir empresas mais engajadas com o pilar de governança corporativa, ou seja, players que, efetivamente, buscam melhorar sua gestão de modo a impactar positivamente a sociedade, seus acionistas, seus consumidores e colaboradores.

ÍNDICE CARBONO EFICIENTE (ICO2)

O ICO2 foi criado pela B3 em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de reunir empresas engajadas com questões de aquecimento global.



REGULAMENTAÇÃO CLIMÁTICA ESPECÍFICAS DA UNIÃO EUROPEIA (LISTA NÃO EXAUSTIVA)

As recentes regulamentações na União Europeia (UE) aumentam a demanda por transparência na cadeia de suprimentos e ressaltam a importância para que as empresas estrangeiras, como as latino-americanas, se responsabilizem e se certifiquem do seu impacto ambiental local. Isso também vale para os stakeholders brasileiros que exportam tecnologia, produtos e serviços para empresas europeias.

REGULAMENTO DE DESMATAMENTO DA UE

Parte do plano Green Deal da UE para atingir o Net Zero até 2025, o Regulamento é uma lei que impede o comércio de produtos associados ao desmatamento. As empresas que comercializam na UE são obrigadas a garantir que essas commodities não sejam produzidas em terras desmatadas desde dezembro de 2020.

CARBON BORDER ADJUSTMENT MECHANISM (CBAM)

Já em vigor, as empresas europeias que importam produtos intensivos em carbono de fora da UE adquirem certificados que incluem as emissões associadas a essas importações. Os exportadores deverão rastrear as emissões associadas a seus produtos.

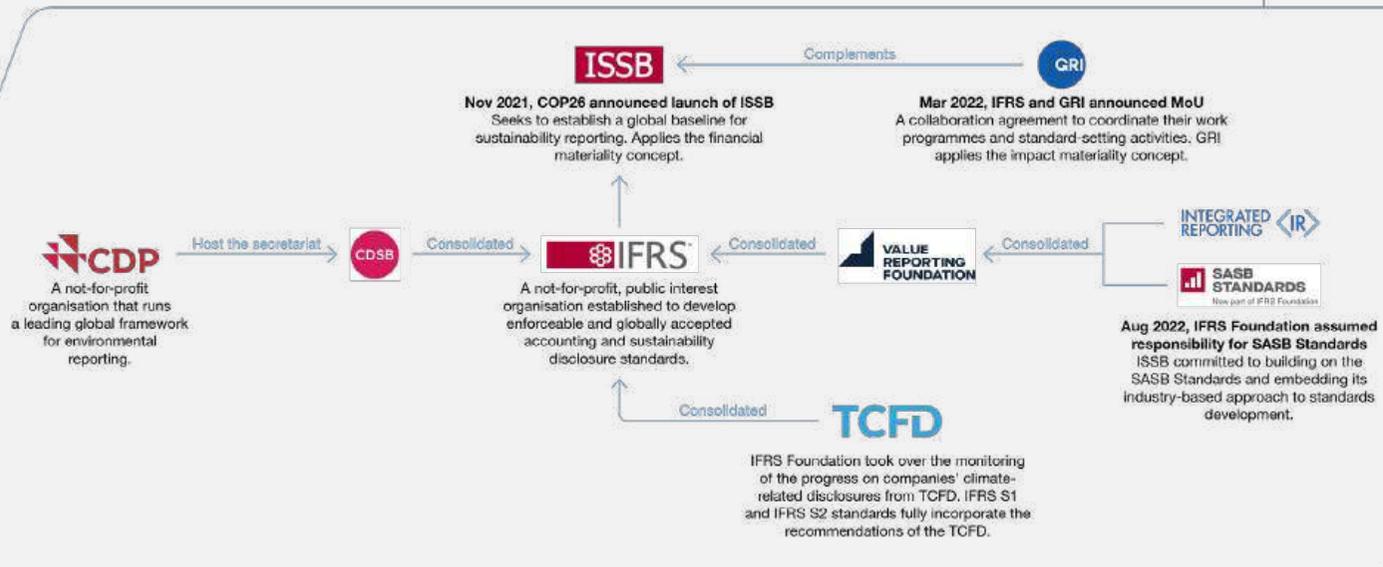
Esses são alguns dos índices e estruturas adotados para medir e ordenar práticas ESG, mas não são os únicos.

O quadro ilustrativo demonstra a evolução dos padrões e instituições que tratam das divulgações em ESG globalmente.

A padronização de divulgação de sustentabilidade criará dados e relatórios de ESG confiáveis e comparáveis, o que é cada vez mais essencial para atrair capital e investidores e evitar fraudes, como o greenwashing.



Pathway to ESG disclosure going mainstream



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora haja um debate sobre a terminologia adequada para se falar sobre práticas sustentáveis, se ESG ou sustentabilidade, o importante é dar luz à importância desta temática no cenário nacional e mundial dos diversos segmentos produtivos do Brasil. É imperioso que executivos, poder público e sociedade entendam que falar de ESG é falar da sustentabilidade empresarial como um todo.

Com base nos dados apresentados neste estudo, o Brasil está em um caminho promissor rumo à integração dos princípios ESG em suas práticas empresariais e políticas públicas. Embora desafios persistam, como a acessibilidade e transparência dos relatórios de sustentabilidade, os avanços notáveis, como a adoção de padrões globais e o crescente engajamento das empresas e consumidores, indicam que a jornada já começou. Com a contínua colaboração entre setores público e privado, o país está bem posicionado para liderar e inspirar mudanças significativas em direção a uma economia mais responsável e sustentável.





Brasil ocupa
50ª posição
no ranking de
ESG global SDG,
baseado nos ODS

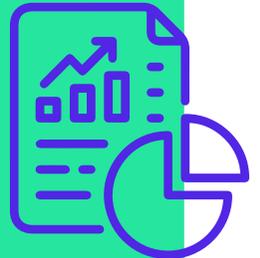
76%
das empresas brasileiras
mostram preocupação
com transparência e
governança de dados
nas divulgações ESG

Divulgar relatórios
na web não é sinônimo
de acessibilidade:
18%
deles são de difícil acesso

10%
entre empresas
brasileiras que
publicam de
relatórios, definiram
metas claras para
alcançar os ODS

35%
de aumento no
número de publicação
de relatórios de
sustentabilidade
dessas empresas,
de 2018 a 2023

Em 2027,
o Brasil terá
obrigatoriedade
de divulgação
de relatórios de
sustentabilidades
para empresas
da Bolsa de Valores



91% das empresas usam GRI
como framework padrão

&

45% estão em conformidade
com as normas

REFERÊNCIAS

CEBDS. Reporting Matters Brasil. 2023. Disponível em <https://cebds.org/wp-content/uploads/2024/01/RELATORIO_Reporting_Matters_CEBDS.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

FGV. Diálogos Amazônicos. 2023. Disponível em <<https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/livro-dialogos-amazonicos-final.pdf>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

KPMG. ESG Yearbook Brasil 2023. 2023. Disponível em <<https://materiais.kpmgbrasil.com.br/praticas-gestao-esg-empresas-capital-aberto>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

KPMG. Me, my life, my wallet. 2023. Disponível em <<https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/xx/pdf/2022/08/me-my-life-my-wallet.pdf>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

ONU. Global Sustainable Development Report (GSDR) 2023. 2023. Disponível em <https://sdgs.un.org/sites/default/files/2023-09/FINAL%20GSDR%202023-Digital%20-110923_1.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

SAP. A sustentabilidade na agenda dos líderes do Brasil. 2022. Disponível em <<https://news.sap.com/brazil/files/2022/04/05/Sustainability-Study-II-Brazil-Fact-Sheet.pdf>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2024.



ANEXOS

HISTÓRICO

Em 2000, durante a reunião da cúpula do milênio das Nações Unidas, como ficou conhecida, foram divulgados pela primeira vez os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que, após 15 anos, seria base para promulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Na época, 191 países aderiram aos oito objetivos e 21 metas que tratavam principalmente sobre a erradicação da pobreza e fome no planeta, além de temas sensíveis como saúde, saneamento, educação, habitação, meio ambiente e igualdade de gênero (Roma, 2019)⁶.

Somente em 2004, a sigla ESG tomou forma, sendo citada pela primeira vez na publicação do Pacto Global em parceria com diversas instituições financeiras, dentre elas o Banco do Brasil, numa publicação nomeada “Who Cares Wins” ou, na tradução livre, Quem se Importa Ganha. Surgiu de uma provocação do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, a 55 CEOs de grandes instituições financeiras, sobre como integrar fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais. Após a divulgação, em junho de 2004, mais de 1500 empresas de todo mundo já haviam aderido às recomendações, que iam desde análise de risco financeiro e impacto das atividades das empresas até investimento em fundos e ações que corroborem com o fomento ao ESG⁷.

6 ROMA, Júlio César (2019). Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. Cienc. Cult., São Paulo, v.71(1); p. 33-39. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>>. Acesso em 05/02/2024.

7 Dados históricos extraídos da publicação “Who Cares Wins - Connecting Financial Markets to a Changing World”, 2004.

Após 2006, uma iniciativa de investidores, em parceria com a Iniciativa Financeira do Programa da ONU para o Meio-Ambiente (UNEP FI) e o Pacto Global da ONU, criou o PRI, Princípios do Investimento Responsável, que hoje possui mais de 3 mil signatários com ativos sob gestão que ultrapassam USD 100 trilhões – em 2019.

Em 2015, surgiu o conceito de ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - como um pacto mundial criado pela ONU para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030.

A agenda contempla um plano de ação internacional para o alcance dos 17 ODS, desdobrados em 169 metas, que abordam diversos temas fundamentais para o desenvolvimento humano, em cinco perspectivas: pessoas, planeta, prosperidade, parceria e paz. O compromisso brasileiro com os ODS foi definido pelo Decreto número 8.892/2016, que criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e revogado pelo decreto que o substituiu de número 11.704/23.



GLOSSÁRIO/CONCEITOS

ESG/ASG	Sustentabilidade	ODS	RSC
TIC	Agenda 30	Carbono neutro	Tripple Bottom Line
Descarbonização	Net Zero	Materialidade	

Para fins de leitura deste estudo, é necessário distinguir e esclarecer os conceitos de ESG, Sustentabilidade e TIC, além de trazer a definição de siglas e expressões que compõem o tema.

Nos últimos tempos, o termo ESG tem ganhado grande visibilidade, graças a preocupação crescente do mercado financeiro sobre a sustentabilidade. As questões ambientais, sociais e de governança vêm sendo consideradas essenciais nas análises de riscos e nas decisões de investimentos, colocando forte pressão sobre o setor empresarial.

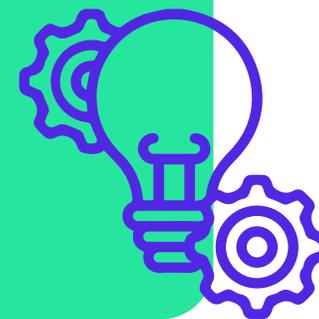
Aqui, reside a primeira grande diferenciação entre ESG e Sustentabilidade: o acrônimo surgiu inicialmente para falar com investidores sobre os ativos presentes nas bolsas de valores. Já o segundo sempre teve conotação mais ampla sobre práticas sustentáveis. Falar de ESG é falar mitigação de riscos, prioritariamente, mas não exclusivamente, para empresas S.A.. Por outro lado, falar de sustentabilidade é pensar no futuro a partir de ações concretas de empresas, governo e pessoas no presente.

ESG OU ASG

Seguindo o conceito difundido pela Totvs, o acrônimo ESG, do inglês, Environmental, Social and Governance ou ASG (Ambiental, Social e Governança) em português:

É um conjunto de padrões e boas práticas que visa definir se uma empresa é socialmente consciente, sustentável e corretamente gerenciada.

Trata-se de uma forma de medir o desempenho de sustentabilidade de uma organização e a geração de valor econômico aliado.



Como dito, o termo ESG vem ganhando novos rumos e alcançando empresas e instituições dos mais diversos portes, tipos, regiões e segmentos, tendo em vista que, o que antes era exclusivo da pressão do mercado financeiro, agora ganha também espaço e força em fóruns no campo social, público e político.

SUSTENTABILIDADE

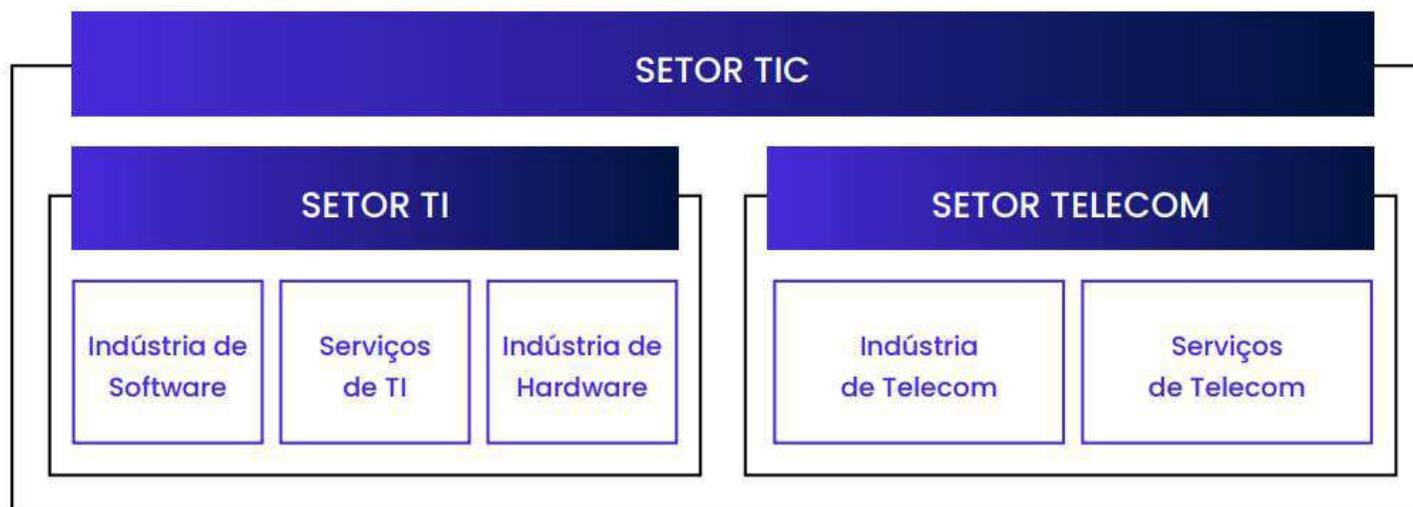
É a capacidade de uso consciente dos recursos naturais sem comprometer o bem-estar das gerações futuras. Seu objetivo principal é encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, é o que diz a CNI - Confederação Nacional da Indústria⁸.

SETOR DE TIC - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Nos termos da Lei 13.969/19, o setor de TIC é formado por pessoas jurídicas, fabricantes de bens de tecnologias da informação e comunicação que investem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação com foco em bens e serviços de informática e automação. Em outras palavras, **engloba tecnologias que servem como mediadoras para os processos de comunicação e foram potencializadas graças à internet e meios eletrônicos. Fazem parte do setor de TIC: recursos de hardware, software e telecomunicações que oferecem automações ou outras funcionalidades que ajudam a otimizar a comunicação em empresas.** A figura, elaborada pelo Observatório Softex, esquematiza esse entendimento, mostrando o Setor TIC composto por TI, que

⁸ Conceito extraído do Portal da Indústria. Disponível em <<https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/sustentabilidade/>>. Acesso em: 05/02/2024.

compreende as indústrias de software e hardware e os serviços de TI e de hardware, e por Telecom, que compreende a indústria e os serviços de telecomunicações⁹.



Fonte: Elaboração Observatório Softex

Esclarecidos os conceitos principais do estudo, em seguida, foram elencadas outras nomenclaturas que são constantemente mencionados em notícias e divulgações sobre ESG e sustentabilidade e auxiliarão na compreensão macro do assunto.

⁹ SOFTEX. Indústria de software & serviços de TIC no Brasil, 2023. Disponível em <<https://softex.br/estudoindustriatics/>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2024.

AGENDA 30

Pode ser compreendida como o plano de ação estabelecido pelas Nações Unidas em setembro de 2015, focado em cinco pilares: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria para mudar o mundo em 15 anos (até 2030):

- **Pessoas:** eliminar a pobreza e fome, garantindo a vida plena e digna a todos os seres humanos.
- **Planeta:** proteção contra degradação, através do contingenciamento e gerenciamento dos recursos naturais para combater mudanças climáticas.
- **Prosperidade:** garantir que todos as pessoas tenham vida próspera e realizadora com progresso econômico, social e tecnológico em harmonia com a natureza.
- **Paz:** fomentar sociedade pacífica, justa, inclusiva e livre.
- **Parceria:** mobilizar, por meio da Agenda 30, um pacto global em prol do desenvolvimento sustentável, com base na solidariedade entre as nações e auxílio aos mais pobres e vulneráveis.

Fonte: The 2030 Agenda for sustainable development (2015)



Assim, com 193 países adotantes, foi criado um plano global da ONU com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com foco em erradicar a pobreza e a fome, construir paz, justiça e inclusão social, proteger os direitos humanos e promover a equidade de gênero e empoderamento feminino, além de buscar a proteção das riquezas naturais e o crescimento de uma economia sustentável.

O Sustainable Development Report 2023 mostra o atual status global de cada um dos 17 ODS previstos na Agenda 2030:



Fonte: Sustainable Development Report 2023

Infelizmente os dados apontam para um **avanço de apenas 18% dos objetivos, retrocesso de 15% e avanço limitado ou sem progresso em 67% dos ODS.**

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Os ODS nasceram oficialmente da Agenda 2030 e são um apelo global - que se iniciou em 2013 e foi divulgado em 2015 - para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

Traduzidos em **17 máximas globais e 169 metas, cada um dos 193 países adotantes revisaram e adequaram metas com base em suas realidades para priorização dos ODS.** Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo para o atingimento do propósito da Agenda 2030.

*No Brasil, segundo site oficial da ONU, há **191,3 milhões de dólares disponíveis** para alocação nos 17 ODS.*

A maior parte dos recursos são destinados aos ODS 16, 2, 3 e 1, nesta ordem decrescente, somando 94,9 milhões de dólares.



OS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Fonte: Nações Unidas Brasil

No Brasil, segundo site oficial da ONU¹⁰, há 191,3 milhões de dólares disponíveis para alocação nos 17 ODS. A maior parte dos recursos são destinados aos ODS 16, 2, 3 e 1, nesta ordem decrescente, somando 94,9 milhões de dólares, corroborando com o compromisso da organização através de seus parceiros no combate à violência, pobreza, fome e fomento à saúde no país.

CARBONO NEUTRO

Contabiliza apenas as emissões de dióxido de carbono (CO₂), em vez de outros gases de efeito estufa. Em uma organização neutra em carbono, é assumido o compromisso de avaliar as emissões de CO₂ produzidas. Tais informações são atreladas às maneiras de reduzir essas emissões e compensá-las, reduzindo as emissões em outras atividades ou removendo uma quantidade equivalente de dióxido de carbono da atmosfera. Portanto, uma empresa é considerada neutra em carbono se todas as emissões de carbono que ela gera forem neutralizadas por meio de suas compensações.



¹⁰ Dados extraídos do site <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 05/02/2024

DESCARBONIZAÇÃO

Descarbonização é o processo de reduzir significativamente ou eliminar o dióxido de carbono (CO₂) e outras emissões de gases de efeito estufa (GEE) da atmosfera.

Para evitar que a temperatura global aqueça mais de 1,5°C (2,7°F) acima dos níveis pré-industriais, muitos países estabeleceram metas para atingir emissões líquidas de zero GEE até 2050.

NET ZERO

Neutralidade de carbono, mais conhecido como Net Zero (do inglês, net zero carbon emissions), significa o ponto em que as emissões líquidas globais de gases de efeito estufa (GEE) causadas pelo homem, incluindo dióxido de carbono e metano, foram reduzidas para o mais próximo de zero possível com quaisquer emissões residuais removidas permanentemente da atmosfera.

Para as empresas, Net Zero significa ter operações de descarbonização otimizadas, criar produtos e serviços mais eficientes e sustentáveis e explorar alternativas de baixo carbono nas cadeias de suprimentos.

MATERIALIDADE

É um arcabouço fático que coloca no centro da análise fatores ou atividades essenciais para o negócio e para os stakeholders em paralelo ao viés de sustentabilidade das mesmas. Com isso, surgiu a Matriz de Materialidade, uma ferramenta que auxilia as empresas na identificação de questões relevantes para operação e stakeholders envolvidos, já que ESG é olhar com atenção os pontos mais importantes para a cadeia produtiva e de valor.

Nos últimos anos, surgiu um conceito derivado deste: a dupla materialidade, que consiste no processo no qual as organizações precisam divulgar informações sobre como suas atividades comerciais impactam o planeta e as pessoas e como suas metas, medidas e riscos de sustentabilidade afetam a saúde financeira dos negócios.

RSC - RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Consiste no conjunto de práticas éticas, legais e de transparência realizadas pelas empresas voltadas à sustentabilidade socioambiental através de iniciativas de impacto positivo.



TRIPPLE BOTTOM LINE

O conceito representa o tripé da sustentabilidade composto pelo sucesso econômico, social e ambiental, ou seja, as empresas não olham mais apenas para o lucro e devem desenvolver as suas atividades minimizando impactos negativos para o meio ambiente e a sociedade, bem como gerando o sucesso econômico desejado para a organização (Carter & Rogers, 2008)¹¹.

NOTAS METODOLÓGICAS

Para elaboração deste estudo, utilizou-se a metodologia de pesquisa exploratória-descritiva com análises qualitativas e quantitativas de dados públicos, coletados de forma primária e secundária. Realizou-se o desk research por meio de conteúdos digitais disponibilizados pelas fontes consultadas como pesquisas e relatórios, notícias, artigos científicos e livros.

Foram aplicadas técnicas de discovery, como a construção de um mapa mental para extração dos principais insights a partir das fontes consultadas e para desvendar os reais problemas insurgentes no tema e oportunidades relacionadas.

¹¹ Carter, C. R., & Rogers, D. S. (2008). A framework of sustainable supply chain management: moving toward new theory. *International journal of physical distribution & logistics management*, 38(5), 360-387.



Brasil^{it}+

Parceria

apexBrasil⁺

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO